

Dados do governo federal sustentam cobrança por concursos

ANDERSON BORGES
anderson.borges@folhadirigida.com.br

O secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef), Josemilton da Costa, informou que a entidade irá usar o estudo sobre a evolução do quadro de servidores públicos do país, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) no último dia 8, para embasar um ofício que será encaminhado à ministra do Planejamento, Miriam Belchior, cobrando a retomada dos concursos no Executivo federal.

De acordo com o comunicado "Ocupação no Setor Público Brasileiro: tendências recentes e questões em aberto", produzido pelo Ipea, em parceria com a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, verificou-se em 2010 um prenúncio de nova elevação do número de aposentadorias no quadro de servidores públicos federais, com o número dos que passaram à inatividade superando a casa dos 10 mil no ano.

Segundo Josemilton da Costa, o documento cobrando o fim do adiamento dos concursos, que foi anunciado ainda no início do ano, será encaminhado nos próximos dias. "Nós vamos utilizar esse próprio estudo do Ipea para encaminhar um ofício à ministra Miriam Belchior, para que ela retome os concursos públicos e dê uma contraordem àqueles que foram suspensos", disse ele, referindo-se aos efeitos da Portaria nº 39, que suspendeu autorizações para concursos e para provimento de cargos, por tempo indeterminado.

O secretário-geral da Condsef voltou a alertar sobre a possibilidade de cerca de 100 mil servidores públicos federais se aposentarem nos próximos quatro anos. "O próprio governo reconhece a necessidade de fazer concurso público e de repor o número de aposentadorias que vão ocorrer", afirmou ele, ressaltando o fato do estudo ser de uma fundação ligada à Presidência da República.

"Esse estudo é do próprio governo. Então, nada mais lógico do que o governo retomar imediatamente o processo de concursos públicos. Se não em 2011, que pelo menos 2012 não seja como este ano", cobrou Josemilton da Costa, que também já ressaltou a existência de uma defasagem de 500 mil trabalhadores no serviço público.

BC PODE PERDER METADE DO QUADRO

Entre os órgãos que vivem em situação delicada por conta da expectativa de muitas aposentadorias está o Banco Central (BC), que espera contar com novas autorizações de concursos em 2012. A previsão é de que 33% do quadro de pouco mais de 4.600 servidores (entre técnicos, analistas e procuradores) se aposente até 2014 (cerca de 1.500).

Segundo o presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Sérgio Belsito, caso não haja reposição, o banco poderá ter o seu efetivo reduzido a quase a metade. A preocupação com a saída de servidores sem que haja reposição adequada também já foi manifestada pela chefe do Departamento de Gestão de Pessoas (Depes) do BC, Nilvanete Ferreira da Costa. "Esperamos não ter que chegar ao momento de ter que priorizar o que o banco vai fazer", disse ela.

O estudo divulgado pelo Ipea revelou ainda a importância da política de concursos públicos promovida durante o governo Lula para a recomposição do quadro de servidores públicos federais. A admissão de cerca de 155 mil novos concursados ao longo de oito anos fizeram com que o quadro voltasse ao patamar de 630 mil servidores, registrado em meados da década de 90.

Durante a apresentação do levantamento, o técnico de Planejamento e Pesquisa José Celso Cardoso, um dos responsáveis pelo trabalho, ressaltou que ainda não é possível saber se a recomposição será mantida no governo Dilma Rousseff (ainda não se alcançou a faixa de 680 mil servidores, como em 1992). A manutenção da política de concursos, no entanto, foi uma promessa de campanha da presidente da República.



Sérgio Belsito diz que, caso não haja reposição de pessoal por meio de novos concursos, o Banco Central poderá ter o seu efetivo reduzido à metade



O presidente do Condsef, Josemilton da Costa, vai enviar ofício à ministra do Planejamento cobrando a retomada dos concursos no Executivo federal

Um decreto para retomada das seleções

FÁBIO LACERDA
fabio.lacerda@folhadirigida.com

A deputada federal Andreia Zito (PSDB-RJ) é uma das parlamentares que mais têm questionado o governo Dilma Rousseff acerca da suspensão de novos concursos e da contratação de aprovados que aguardam a convocação para serem empossados. Depois de várias tentativas de negociação com o Ministério do Planejamento, Andreia Zito resolveu propor um decreto legislativo com o objetivo de suspender a Portaria nº 39, que adia o sonho de milhares de concursandos ingressarem no serviço público federal. A proposta está à espera da designação do relator.

Além disso, a deputada é autora do Projeto de Lei nº 1.242/2011, cujo objetivo é a nomeação dos aprovados em concursos para o serviço público federal, dentro do número de vagas previsto em edital, no prazo de 30 dias, após a homologação do resultado.

Respalhada pela decisão do Supremo Tribunal Federal, que exige a contratação dos aprovados para ocuparem as vagas oferecidas, Andreia Zito está extremamente preocupada com o rumo que o governo federal vem dando ao assunto. Para ela, quem está lutando pelos direitos dos aprovados e daqueles que realizam concursos frequentemente está se sentindo uma marionete na mão do governo.

FOLHA DIRIGIDA - POR QUE A SENHORA SENTIU A NECESSIDADE DE PROPOR UM DECRETO LEGISLATIVO PARA SUSPENDER OS EFEITOS DA PORTARIA 39, DE MARÇO DESTES ANOS, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, QUE PROIBIU A REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS E AS NOMEAÇÕES PARA CARGOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL?

Andreia Zito - Surgiu quando eu fui procurada por alguns concursados e concursandos, pessoas que souberam da notícia de que os concursos e a contratação dos aprovados foram suspensos. Algumas pessoas apenas estavam aguardando para tomar posse. E o governo não havia dado nenhuma justificativa plausível. Somente havia informado que mais uma vez precisava enxugar a folha. Então, fiquei indignada porque a partir do momento que abre um concurso, lança-se um edital, você gera para as pessoas a possibilidade de ingresso no serviço público, de ascensão profissional, de estabilidade, e não poderia depois de se fazer tudo isso, de uma hora para outra, dizer que tudo está suspenso. Um rapaz desesperado foi ao meu gabinete. Ele foi aprovado em um concurso, mudou para Brasília, alugou um apartamento, deixou os parentes em seu estado de origem, pois iria assumir a vaga. Mas, de repente, tomou um banho de água fria, porque o governo simplesmente disse para ele aguardar as cenas dos próximos capítulos.

A SENHORA CRÊ QUE A EVENTUAL SUSPENSÃO DA PORTARIA 39, POR MEIO DA APROVAÇÃO DO DECRETO LEGISLATIVO, SERÁ SUFICIENTE PARA FAZER COM QUE O GOVERNO VOLTE A REALIZAR OS CONCURSOS E A CONVOCAR OS

APROVADOS?

Eu não posso ficar pessimista, senão a gente acaba não agindo. Mas espero que o decreto seja respeitado. O decreto é uma forma de buscarmos uma solução, ele é legal e espero, sinceramente, que seja respeitado e que eu tenha o apoio dos meus colegas, para que possamos ser maioria para pressionarmos o governo. O decreto é legítimo. O problema é que o governo nem sempre o respeita. Nós, que lutamos pelo direito destes aprovados, nos sentimos uma marionete na mão do governo.

AO LONGO DO ANO, A SENHORA PARTICIPOU DE DIVERSAS REUNIÕES COM O MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, INCLUSIVE COM A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO ÓRGÃO, ANA LÚCIA AMORIM DE BRITO, E REPRESENTANTES DE DIVERSAS ENTIDADES LIGADAS AO SERVIÇO PÚBLICO. O OBJETIVO DO ENCONTRO ERA OBTER DO GOVERNO UMA DEFINIÇÃO QUANTO ÀS DATAS EM QUE APROVADOS EM DIVERSOS CONCURSOS SERIAM NOMEADOS. O QUE DE FATO SE CONSEGUIU?

Eu faço parte da Comissão de Trabalho. Quando soube da suspensão dos concursos e da nomeação de quem já havia sido aprovado, resolvi apresentar um requerimento na CTASP, para que a ministra do Planejamento (Miriam Belchior) pudesse prestar esclarecimentos, em audiência. Só que o Ministério do Planejamento solicitou que eu retirasse o pedido. Então, assim eu fiz, com a condição de que seria recebida no ministério, juntamente com os integrantes de diversas entidades, como o Banco do Brasil e a Fiocruz, entre outras, e assim foi feito. Nós apenas conseguimos a



Andreia Zito ressalta a necessidade de se realizar concursos, por exemplo, para a Polícia Federal

promessa de que os aprovados seriam chamados. Mas se isso não ocorrer, não vai adiantar nada, pois os candidatos ainda estão na expectativa, e a situação continua a mesma. Nós tivemos duas reuniões, eu acreditei que poderíamos ter um resultado, mas ele foi mínimo.

SE O GOVERNO NÃO MUDAR A POSTURA, A SENHORA TEME QUE A FALTA DE PESSOAL, SOBRETUDO NA POLÍCIA FEDERAL E NA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL, POSSA PREJUDICAR OS GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS PREVISTOS? Temo e acredito que isso possa acontecer, já que não tratamos temas com seriedade. O efetivo é pequeno, pode comprovar. Eu citaria também uma experiência que tive relacionada à CPI das Crianças Desaparecidas. Por conta dela, tive contato com vários policiais rodoviários federais e policiais federais, e pude perceber que o efetivo é reduzido.

POR CONTA DA DISCUSSÃO ORÇAMENTÁRIA DE 2012, O GOVERNO JÁ SINALIZOU QUE SOMENTE IRÁ REALIZAR OS CONCURSOS ESSENCIAIS. A SENHORA CRÊ QUE ISSO SERÁ SUFICIENTE, DEPOIS DE UM ANO DE ADIAMENTOS DE CONCURSOS?

Até agora não entendo o pensamento do governo. Eu não posso dar essa resposta. Até já questionei os meus colegas da base do governo sobre o que seriam esses concursos essenciais. O que é essencial para o governo? O que pode ser essencial para eles pode não ser para a população. A Polícia Rodoviária Federal e a Polícia Federal, tenho certeza de que são essenciais para a gente. Mas será que são essenciais para eles? Nem os meus colegas da base do

governo têm uma resposta.

O QUE A SENHORA CONSIDERA ESSENCIAL NO SETOR PÚBLICO, NO ATUAL MOMENTO? QUAIS OS CONCURSOS QUE NÃO PODEM DEIXAR DE ACONTECER EM 2012?

Os concursos ligados à segurança, certamente. Cito também a educação e a saúde, que sempre são necessidades prioritárias. Nessas duas áreas, tenho percebido a utilização de muitos profissionais terceirizados. O ideal é o investimento na contratação de servidores efetivos, para a melhoria da qualidade do serviço prestado.

EM SUA OPINIÃO, QUAIS OS PREJUÍZOS A CONTENÇÃO DE GASTOS COM O PESSOAL, EM ESPECIAL, COM CONTRATAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES, PODE TRAZER PARA O PAÍS, SOBRETUDO NO SERVIÇO PÚBLICO?

O prejuízo maior é o de não termos profissionais qualificados adequadamente para servir. A terceirização compromete a excelência dos serviços.

A SENHORA APRESENTOU UM PROJETO DE LEI CUJO OBJETIVO É A NOMEAÇÃO DOS APROVADOS EM CONCURSOS PARA O SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL, DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO EM EDITAL, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 DIAS APÓS A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL. COMO A SENHORA AVALIA A IMPORTÂNCIA DO PROJETO?

Muitas pessoas ficaram gratas com a proposta. Era preciso preencher essa lacuna. O projeto visa a buscar o respeito aos candidatos aprovados. Pelo contato que tive com muitos deles, minha intenção é fazer com que os aprovados não tenham de esperar por muito tempo para tomarem posse. O projeto de lei ainda está na Comissão de Trabalho. Nos últimos dias, houve um esforço em cima da Previdência Complementar, e as demais matérias ficaram paradas, inclusive essa sobre o aproveitamento imediato dos aprovados.

QUE AVALIAÇÃO A SENHORA FAZ DOS PRIMEIROS NOVE MESES DE GESTÃO DA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF, NO QUE TANGE AO SERVIÇO PÚBLICO?

Falta de respeito com os servidores, inclusive com aqueles que já estão na ativa, e com as pessoas que estão buscando o seu espaço. Não só aquelas que ainda sonham em conseguir uma vaga no serviço público e por isso fazem os concursos, mas, sobretudo, estão desrespeitando as pessoas que já conseguiram o direito de ingressar, que já tinham sido aprovadas. (Colaboração: Davidson Davis)